

MARX E DURKHEIM: PARA ALÉM DAS INTERPRETAÇÕES EXCLUSIVAS

MARX AND DURKHEIM: BEYOND EXCLUSIVE INTERPRETATIONS

José Benevides Queiroz*

O estudo¹ de Armand Cuvillier², cujo objetivo é elucidar os elementos aproximativos entre Karl Marx e Émile Durkheim, mesmo publicado em 1948, ainda hoje é raro de ser encontrado na já longa história da sociologia brasileira. Na maioria das vezes, os dois autores são apresentados excluídos em absoluto.

De fato, à primeira vista, dos pontos de onde partem, nada leva a crer de que possa haver convergência: heranças teórica-filosóficas distintas a que se filiaram, concepções diferentes sobre os fundamentos da vida social e, por conseguinte, as maneiras

como explicá-la. Além do que, apesar de ambos possuírem sólida formação acadêmica, os dois percorreram trajetórias e formularam projetos intelectuais específicos: por um lado, enquanto Marx desenvolveu o grosso de sua obra fora da universidade, organicamente vinculado ao movimento operário, Durkheim produziu a sua no interior das instituições de ensino, principalmente universitárias; por outro, mesmo os dois não tendo seguido os caminhos da filosofia, ambos valorizando a realidade empírica como ponto de partida do conhecimento, buscando apreender o que a vida

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: jose.benevides@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5622-0163>.

1 CUVILLIER, A. Durkheim et Marx. In : *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. IV, Paris, 1948, p. 75-97.

2 Armand Cuvillier (1887-1973): estudou na Escola Normal Superior Ulm (Paris), licenciando-se em Filosofia, e na Sorbonne, onde foi aluno de Émile Durkheim, obteve a *Agrégation* de Filosofia. Inicialmente, foi professor de província e dos principais liceus de Paris e, em seguida, entre 1945 e 1953, ocupou a cátedra de sociologia na Faculdade de Letras de Paris. Autor de diversos livros, principalmente de manuais de filosofia e sociologia, alguns traduzidos e publicados no Brasil.

social é e não o que *deve ser*, Marx nunca vislumbrou a necessidade de fundar uma ciência da sociedade, ao passo que Durkheim direcionou consideráveis esforços – teóricos, metodológicos e de pesquisas – à criação da sociologia.

Contudo, apesar dessas diferenças, o tratamento dispensado aos dois autores, em geral colocando-os como antípodas, esquece o seguinte: ponto pacífico de concordância, eles são considerados e ensinados como fundadores das ciências sociais. Isso ocorre, mesmo às vezes sem dar a devida importância, em razão de suas teorias terem se empenhado em desvelar as características e dinâmicas da sociedade moderna.

Isto é constatado já nas primeiras obras de Marx que, apesar da falta de clareza inicial do objeto em questão, pouco a pouco, com o aprofundamento de suas reflexões, vai abandonando as antigas certezas dos primeiros estudos sobre a modernidade. Assim, por exemplo, ele gradativamente transita da crítica da religião – passando pela da filosofia e da política – à crítica da economia (Mandel, 1968, p. 13). Este ponto de chegada, ao contrário do que muitos acreditam, não decorre por entender que tudo se reduz ao econômico, mas do fato de que identifica nesta dimensão da vida social o fator dinamizador da sociedade moderna.

Esta identificação possibilitou Marx elaborar um arcabouço teórico que permitiu uma compreensão singular da vida social. Desde que abandonou a crítica da política, ele vai elaborando reflexões que tentam explicar como a economia afeta pesadamente a vida social. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1843/44, por exemplo, ele mostra as consequências alienantes que a transformação do trabalho em mercadoria provoca nas pessoas. À medida que o salário passa a ser o fim, o trabalho, aspecto

que diferencia o ser humano do animal, segundo ele, transforma-se num simples meio (Marx, 1989, p. 162). Por outro lado, em *O Manifesto Comunista*, escrito em conjunto com Engels em 1848, são ressaltados vários aspectos que mostram de que maneira a economia tem implicações na sociedade moderna; três exemplos são lapidares neste sentido: 1) a importância que o mercado assume, avançando paulatinamente sobre aspectos da vida, tem consequências nas relações entre os indivíduos, tornando os vínculos entre estes cada vez mais impessoais; 2) a constituição de um mercado mundial e 3) a já identificação de que o sistema funciona de modo anárquico, o que implica crises periódicas (Marx, Engels, 2000).

Este quadro de análise passa por um refinamento teórico, o qual vai tornar possível o amadurecimento de uma teoria desse novo momento histórico da vida social. Já no famoso *Prefácio de 1859*, Marx expressa claramente que fundamentos teóricos permitiram-no desenvolver uma compreensão e explicação do surgimento, desenvolvimento e da lógica que rege o capitalismo. Assim, um conjunto de conceitos articulados é apresentado como ferramenta para a compreensão desse modo de produção (Marx, 1978, p. 127 - 132). O coroamento de todo este esforço intelectual culmina com publicação de *O Capital*, em 1867, onde se estabelece uma explicação geral da modernidade.

Nele, que tem a o conceito de mercadoria (Marx, 1982, p. 41) como ponto inicial de exposição, é apresentado um grande painel que tenta explicitar a dinâmica da sociedade moderna. No plano geral, Marx apresenta o capital como o efetivo sujeito dessa formação social, o que implica, à medida que se produz o fenômeno do fetichismo da mercadoria, que os indivíduos

se encontram num estado de alienação, independentemente de sua classe social. Ou seja, o sistema se move a partir de uma lógica que foge ao controle de todos: da dinâmica de seu funcionamento às suas crises periódicas.

Em síntese, Marx apresenta a modernidade como uma sociedade a um só tempo complexa, anárquica e instável.

Esta realidade é igualmente analisada por Durkheim. No entanto, ele vai identificar o problema numa esfera não tratada por Marx; apesar de também criticar (a economia) os economistas (Durkheim, 1987, p. 80 – 85), principalmente os clássicos e liberais. Segundo o sociólogo francês, o problema é de ordem moral e se expressa no fenômeno da anomia; os novos elementos, estruturas etc., foram conformando esta nova forma da vida social sem, no entanto, serem acompanhados de outras regras, normas e padrões de conduta, redundando no aumento do número de suicídios, crimes etc. (Durkheim, 1967, p. 13).

Já nos primeiros escritos, onde amadurece sua reflexão para a feitura de sua tese de doutoramento, Durkheim mostra que tal realidade manifesta-se em dois comportamentos antípodas: por um lado, sob a influência liberal, havia uma corrente de opinião que hipervalorizava o indivíduo em si, exaltando o interesse particular e o comportamento utilitário desse e, por outro, um movimento socialista que, em algumas vertentes, afirmava a supremacia do coletivo. Diversamente, Durkheim desen-

volve uma perspectiva que vai além dessas duas tendências.

Assim, na tese de doutorado *Da Divisão do Trabalho Social*, publicada em 1893, a passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna é explicada pelos conceitos *solidariedade mecânica* e *solidariedade orgânica*. Nesta última, Durkheim defende que a divisão do trabalho, diferente da visão utilitarista dos economistas, tem como finalidade primeira produzir solidariedade; antes de usufruírem dos bens materiais, as pessoas necessitam que a sociedade exista (Ibidem, 19). Só que nesta formação social há um processo de diferenciação, que permite florescer um aspecto pouco conhecido nas sociedades pretéritas: a individualidade³. Assim, ele mostra que o coletivo e o individual não se excluem, não podem ser compreendidos separadamente.

Contudo, alerta Durkheim, nem sempre a divisão do trabalho produz solidariedade. Isto porque não só a personalidade individual se desenvolve, provocando às vezes a sensação de que os interesses particulares estão desconectados e se sobrepõem aos coletivos, mas também porque as mudanças ocorrem numa velocidade sem precedentes, não dando tempo que novas normatizações da vida social se estabeleçam. Em *Da Divisão do Trabalho Social*, ele mostra vários exemplos: os mercados desregulamentados, a busca desenfreada e sem limites de lucro e riqueza, o descompasso entre o emprego e a capacidade/habilidade do trabalhador etc. Assim, neste contexto de anomia, a socie-

3 Compreensão também presente em Marx: “nesta sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado... Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento” (Marx, 1978, p. 103 – 104).

dade vê-se envolvida em crises permanentes, sendo por isso instável e incerta.

Essa abordagem comparativa entre as obras de Marx e Durkheim, ressaltando genericamente que ambas tiveram a sociedade moderna como objeto, não é a única possível.

Uma outra *démarche*, permitindo reflexões mais densas, é o de confrontar o tratamento dispensado pelos dois autores a fenômenos sociais em comum; tanto a teoria marxiana como a durkheimiana, por exemplo, analisaram e formularam explicações sobre a divisão do trabalho e o socialismo. Estes objetos comuns aos estudos dos dois autores, no entanto, foram analisados e explicados de maneiras distintas. A causa da divisão do trabalho, o que provoca seu surgimento, Marx e Engels identificaram como consequência do desenvolvimento das forças produtivas (Marx; Engels, 2007, p. 89). A partir daí, explicam, redundam a constituição da propriedade privada, a separação campo/cidade e entre o trabalho manual e o intelectual. Noutra chave, a causa da divisão do trabalho Durkheim imputou ao fim da organização segmentar e, como consequência, ao aumento da densidade – material e, principalmente, moral – e ao volume da sociedade (Durkheim, 1967, p. 237); à medida que esta última ganha maiores proporções, seus integrantes buscam solucionar a escassez de recursos para uma população maior, não por meio de uma seleção natural, mas, moralmente pressionados, por meio da divisão das atividades, levando as pessoas se especializarem, produzirem mais e de maneira diversificada. Não só! Enquanto Marx diagnosticou que o avanço da divisão do trabalho conduz a um processo de alienação do trabalhador (Marx, 1989, p. 157-172), Durkheim, com base na concepção de que essa divisão produz solidariedade, defendeu que a redução do trabalhador a ações maquinais

só acontece em momentos de anomia (Durkheim, 1967, p. 343 – 365). Estas análises originárias, tendo como pano de fundo os efeitos da divisão do trabalho, são objetos de estudo com avaliações distintas: alienação e anomia tomados como conceitos divergentes (Zeitlin, 1973, p. 267 – 290), ou pensados como próximos e complementares (Israel, 1988, p. 131 – 144), ou que à teoria marxiana da alienação falta incorporar a anomia (Swingewood, 1975, p. 194 -217).

Foi justamente o tema da anomia um dos aspectos que levaram Durkheim estudar sociologicamente o socialismo. Este último, segundo Marx e Engels, com seus estudos, teria deixado de ser utópico. Para Engels, após os sonhos dos iluministas e as propostas dos primeiros socialistas se revelarem limitados, as descobertas marxianas das determinações históricas e das leis que regem o capitalismo deram um caráter de cientificidade ao socialismo (Engels, 1985, p. 128-168.). Algo contestado por Durkheim, à medida que propôs estudar o socialismo como um fato social (Durkheim, 1992). O que exigia, de antemão, descobrir o que motivou – a partir da vida das pessoas, principalmente dos trabalhadores – a criação de um novo ideal de sociedade. Tal contradição entre essas concepções nos leva a pensar na possibilidade do seguinte estudo: *do socialismo científico à ciência do socialismo*.

O estudo de Armand Cuviller que apresentamos a seguir se mostra ainda mais instigante. Além de ser desenvolvido em torno de dois eixos – que denomina de “uma antítese dupla” –, o texto apresenta nuances não menos interessantes.

Uma dessas nuances é a arquitetura do texto: Cuvillier leva em consideração a diferença geracional entre Marx e Durkheim; quando o primeiro morre, o francês estava em vias de concluir sua formação acadêmi-

ca. Assim, na exposição do autor, parte de suas análises se faz a partir das críticas de Durkheim endereçadas a Marx. Isto explica o título do artigo: “Durkheim e Marx”.

Outro aspecto que permeia o texto diz respeito ao nível de conhecimento que Durkheim detinha sobre a teoria de Marx. Apesar de Marcel Mauss afirmar que o sociólogo francês, que recebeu uma pedagógica orientação de um amigo finlandês, conhecia e estudou Marx (Mauss, 1992, p. 29), Cuvillier é cético quanto a isso. Algo que é ratificado posteriormente, como, por exemplo, pelo documentado e minucioso estudo de Massimo Borlandi. Segundo levantamento deste, nas vinte e seis vezes que se refere a Marx em seus escritos, Durkheim nunca o citou ou o colocou em suas referências bibliográficas, seus comentários sobre o alemão sempre se fizeram a partir de obras de terceiros, o que, consequentemente, na maioria das vezes, lhe fez incorrer em imprecisões e graves erros acerca da teoria marxiana (Borlandi, 1985, p. 163).

Como decorrência desse pouco conhecimento, eis outra nuance, Cuvillier vai demonstrar que, na verdade, as críticas de Durkheim são esgrimas com os epígonos do marxismo, com seus vulgarizadores, e não contra o próprio Marx. O que não impede de demonstrar que, apesar dos fundamentos teóricos diversos, há vários aspectos que os aproximam e são convergentes entre si.

Com esses três aspectos como pano de fundo, Cuvillier desenvolve seu texto buscando esclarecer uma antítese dupla que oporia as teorias de Durkheim e Marx: sociologia conservadora versus sociologia revolucionária e sociologia idealista versus sociologia materialista.

Sobre o primeiro ponto da antítese, Cuvillier toma Durkheim como ponto de partida para, senão desfazê-la, mitigar a força afirmativa da referida oposição. Mesmo não tendo uma posição revolucionária, o fundador da sociologia francesa não poderia ser considerado “um puro conservador” (Cuvillier, 1948, p. 77). Três aspectos seriam comprobatórios dessa avaliação. Tomando como referência vários textos de Durkheim, por exemplo, ele mostra que este sempre teve presente as transformações da vida social e o caráter ativo dos indivíduos neste processo⁴. Outro aspecto apontado por Cuvillier: as contínuas críticas de Durkheim às concepções econômicas liberais, ressaltando a necessidade de regulação da economia⁵. Por fim, o autor lembra que Durkheim, desde sua tese de doutorado, criticava a existência da herança, a qual implica numa desigualdade de nascimento e de oportunidades entre as pessoas.

Assim, segundo Cuvillier, o efetivo ponto de conflito nessa antítese seria de como Durkheim e Marx conceberam a transformação social (Ibidem, p. 78-79). Se em Marx

4 Não só o esquerdismo de Paul Nizan, com o seu livro *Os cães de guarda* (1932), contribuiu para rotular Durkheim como conservador. Quando Cuvillier publica seu texto aqui apresentado, estava em curso a consolidação da interpretação de Talcott Parsons, que transformou a sociologia durkheimiana numa teoria funcionalista (Lazarsfeld, 1970, p. 107), a qual abdica de explicar a dimensão histórica da sociedade, concebendo-a de modo sincrônico, em inércia.

5 Em abril de 1917, poucos meses antes de falecer, Durkheim assim reiterava essa posição: “Por mais diversas que sejam as fórmulas nas quais elas [as doutrinas socialistas] ensejaram se exprimir, todas estão de acordo sobre esta verdade fundamental: a atividade econômica é coisa eminentemente social, ela visa fins sociais, interesses sociais, e que, consequentemente, ela tem a necessidade de ser “socialmente organizada”” (Durkheim, 1999, p. 10).

as contradições e os conflitos são centrais para essa mudança, em Durkheim elas estão ausentes: fazendo uso de uma concepção mecanicista, a mesma que origina a divisão do trabalho, ou seja, o aumento do volume e da densidade da sociedade, explica a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. O aprofundamento desta última tornaria a sociedade cada vez menos anárquica e mais igualitária. Já em Marx, a luta entre as classes seria o efetivo motor das transformações sociais. Esta compreensão só era possível por conta de se fundamentar numa concepção dialética; nesta as contradições entre positivo/negativo, causa/efeito, impulsionam o devir histórico. Paradoxalmente, perspectiva que não se encontra completamente ausente de alguns trabalhos de Durkheim e de seus discípulos (Ibidem, p. 82-83).

O outro aspecto da antítese, definido como “segundo objeto de litígio entre durkheimianismo e marxismo” (Ibidem, p. 83), gira em torno de suas posições filosóficas. Essa é a parte mais instigante do estudo de Cuvillier: deixando de lado as usuais interpretações reducionistas, ele mostra o quanto a sociologia durkheimiana não pode ser compreendida idealista *per se*, bem como o puro e duro materialismo imputado – inclusive por Durkheim – à teoria marxiana deve ser visto com cautela.

Em princípio, em *Da Divisão do Trabalho Social*, primeiro livro que Durkheim publica, é possível verificar a concepção de que a vida espiritual é apresentada como decorrente da dimensão morfológica da sociedade. Contudo, lembra Cuvillier, em quase toda sua obra Durkheim enfatiza serem as

representações coletivas o elemento central da vida social. Não só! Essas representações devem ser explicadas por outras representações, o que o conduz a uma concepção muito espiritualizada da sociedade, abrindo o flanco para que sua sociologia seja rotulada de idealista. Mas esta característica não é absoluta. Na resenha que escreve sobre o livro de Labriola⁶, Durkheim argumenta que as causas das concepções que as pessoas fazem da vida social “devem sobretudo ser procuradas no modo como os indivíduos associados se agrupam” (Durkheim, 1987, p. 250). O que permite Cuvillier vaticinar que “Durkheim está muito mais próximo do marxismo do que ele imagina” (Cuvillier, 1948, p. 92).

Essa proximidade também se revela quando Cuvillier apresenta algumas reflexões de Engels criticando a redução da teoria marxiana a um materialismo estéril, que muitas vezes se expressa na ideia de que o econômico é o único aspecto determinante da vida social. Nas palavras de Engels, Marx e ele nunca defenderam tal concepção. Pelo contrário: uma vez constituídas, a superestrutura e a ideologia exercem um significativo – por vezes eficazes – poder sobre a dinâmica da sociedade. Além do mais, elas gradativamente ganham autonomia e são regidas por leis próprias; por exemplo: em uma carta de 1890, Engels mostra que, em dados momentos, as regras jurídicas ganham uma lógica própria de funcionamento (Ibidem, p. 86). Essa concepção, todavia, não era tardia; ela já se fazia presente na teoria marxiana na década de quarenta daquele século, quando, em *A Ideologia Alemã*, se defendia que, ao ocorrer a separação

6 Em 1897, para a comemoração dos 50 anos da publicação de *O Manifesto Comunista*, o filósofo marxista italiano Antonio Labriola escreveu o livro *Ensaio Sobre a Concepção Materialista da História*, objeto da resenha de Durkheim

entre trabalho manual e trabalho intelectual, a consciência se emancipou do mundo (Ibidem, p. 88)

Por fim, depois de passar em revista e desvelar a fragilidade da antítese dupla que define, de um lado, a sociologia durkheimiana como conservadora e idealista e, de outro, a teoria marxiana como revolucionária e materialista, Cuvillier aponta para o que considera o verdadeiro cerne de litígio entre elas: o fenômeno econômico. Para Durkheim, só marginalmente o fato econômico pode ser considerado fato social. Na verdade, sendo puramente material, ele em nada contribui para o estabelecimento das relações sociais. Antes, pelo contrário: ele separa as pessoas. Diversamente, a teoria marxiana busca superar a compreensão dos economistas que materializavam as relações econômicas. Em todas as esferas dessas relações – passando pela concepção, produção e comercialização – as pessoas estabelecem vínculos entre si. Ao revelar isso, segundo Cuvillier, Marx “visa restituir à atividade econômica seu caráter humano” (Ibidem, p. 97).

Como exposto acima, o texto de Cuvillier é uma lição de como devemos abordar as contribuições teóricas das ciências sociais, principalmente quando buscamos fazer estudos comparativos entre elas. Ele nos ensina que, se os dogmas devem ser de antemão descartados, pois são sempre amarras e viseiras que obstaculizam as ciências, também as próprias concepções formuladas pelos autores não podem ser tomadas como verdades absolutas, elas também devem ser objeto de um escrutínio crítico. Este procedimento, como visto, é capaz de concomitantemente revelar aspectos que eram até então despercebidos e abrir perspectivas para novos estudos.

Referências

- BORLANDI, M. Durkheim e Marx. In: *Quarderni di Sociologia*, vol. XXXI, n° 2-3, 1985, p. 163 – 206.
- CUVILLIER, A. Durkheim et Marx. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. IV, p. 75-97, 1948.
- DURKHEIM, E. *De la Division du Travail Social*, 8^e édition. Paris: PUF, 1967.
- _____. Cours de science sociale (leçon d'ouverture). In: *La Science Sociale et L'Action*, 2^e édition. Paris: PUF, 1987, p. 75 – 102.
- _____. La conception matérialiste de l'histoire. In: *La Science Sociale et L'Action*, 2^e édition. Paris: PUF, 1987, p. 243 – 254.
- _____. La politique de demain. In : *Durkheimian Studies*, v. 5, p. 8-12, 1999.
- _____. *Le Socialisme*. Paris: Quadrige/PUF, 1992.
- _____. *Le Suicide*, 11^e édition. Paris: Quadrige/PUF, 2002.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K. ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1985, p. 128-168.
- FILLOUX, J-C. *Durkheim et le Socialisme*. Genève: Librairie Droz, 1977.
- ISRAEL, J. *La Enajenación: de Marx a la Sociología Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- LAZARSELD, P. *Qu'Est-ce Que la Sociologie*. Paris: Gallimard, 1970.
- MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: *Obras Escolhidas*, tomo III. Lisboa: Edições Avante, p. 5-30, 1985.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *O Capital*, livro I, vol. 1, 7^a edição, São Paulo:

Dífel, 1982.

____. O trabalho alienado. In *Manuscrítos Econô-
mico-Filosóficos*, Lisboa: Edições 70, 1989, p. 157-
172.

____. Para a crítica da economia política. In *Karl
Marx (Os Pensadores)*, 2ª edição. São Paulo: Abril
Cultural, 1978, p. 101 – 132.

MARX, K. ENGELS, F. A *Ideologia Alemão*. São
Paulo: Boitempo, 2007.

____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitem-
po, 2000.

MAUSS, M. Introduction. In: DURKHEIM, E. *Le So-
cialisme*. Paris: Quadrige/PUF, 1992, p. 27-31.

QUEIROZ, J. B. O epistêmico e o ontológico nos
métodos de Durkheim e Marx. *Novos Rumos*, Ano
19, n. 41, p. 19-30, 2004.

SWINGEWOOD, A. *Marx e a Teoria Social Mo-
derna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ZEITLIN, I. M. *Ideología y Teoría Sociológica*. 2ª
Edición. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 23/01/2025